

Contribuições geográficas para a compreensão dos lugares de densidade política: o exemplo dos monumentos, toponímia e identidade

Geographical contributions to understanding places of political density: the example of monuments, toponymy and identity

FILIPPE GOMES PAULO^a

^a Professor de Geografia no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: filipegouerj@gmail.com

Este texto dá continuidade aos estudos sobre formas simbólicas espaciais, procurando trazer à tona outras formas simbólicas e outros contextos, incorporando a dimensão política ao estudo das relações entre cultura e espaço e procurando compreender a natureza rizomática da ciência, na qual todos seus subcampos se interpenetram, sendo cada um enriquecido pelos demais, ao mesmo tempo em que os enriquece. Isto consolida a temática, denotando ao mesmo tempo sua importância na análise geográfica. As formas simbólicas espaciais são representações criadas e recriadas, objetos de celebração e contestação, inseridas efetivamente na organização espacial. Desempenham um ativo papel na sociedade, podendo ser consideradas como reflexos, meios e condições sociais. Neste trabalho discutem-se inicialmente e muito brevemente as relações entre geografia cultural, política e significados, seguindo-se três partes, nas quais são abordadas as relações toponímia e política, monumentos, política e identidade e, finalmente, os lugares de densidade política. Reflete-se sobre a política e a cultura como elementos geográficos e da vida cotidiana que se apresentam em toda parte. Entre estas manifestações estão as formas simbólicas espaciais fixas, nosso maior interesse neste artigo.

Palavras-chave: cultura, densidade, formas simbólicas.

This text further analyzes spatial symbolic forms to uncover other symbolic forms and contexts by incorporating political aspects to the study of the relations between culture and space and by verifying the rhizomatic nature of science, in which all its subfields connect and being enriched by one another, while enriching them. This consolidates the theme of this study while also indicating its importance in geographic analysis. Spatial symbolic forms are created and recreated representations, objects of celebration and dispute inserted within spatial organization. They play an active role in society and can be considered its reflection, means and social conditions. This study briefly discusses the relations between cultural geography, politics and meanings, followed by three sections verifying the relations between toponymy and politics, monuments, politics and identity, and the places of political density, reflecting on politics and culture as geographical aspects and everyday life elements that present themselves everywhere. Among these manifestations are fixed spatial symbolic forms, the main topic of this paper.

Keywords: culture, density, symbolic forms.

INTRODUÇÃO

A política manifesta-se de diferentes modos. Suas manifestações espaciais também se fazem de diferentes modos, um deles sendo os territórios político-administrativos com limites rigidamente estabelecidos, configurando municípios, estados e países. Os territórios diocesanos da Igreja Católica e os territórios das unidades da grande corporação multilocalizada são outras manifestações, assim como, na escala do espaço urbano, os territórios dos mais diversos grupos sociais. A manifestação espacial da política se faz também por meio da “iconografia política do território”, como aponta Leib (2002), com base em Jean Gottmann. Trata-se de formas simbólicas espaciais como os monumentos em geral. Nestes casos não há limites espaciais formais mas um alcance espacial até onde a mensagem intencionada é irradiada. A superfície terrestre está impregnada de iconografias políticas, mas seu interesse por parte dos geógrafos é relativamente recente.

A incorporação da política à geografia cultural, incluindo o estudo da iconografia política, verifica-se durante as décadas de 1970 e 1980, a partir de bases distintas. De um lado está o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham que, sobretudo com Stuart Hall, desenvolve uma visão crítica de cultura (SCHULMAN, 2004). Associado ao CCCS, Raymond Williams, professor em Oxford, introduz as noções de cultura da classe dominante, emergente e residual. Resgata a noção gramsciana de hegemonia cultural e contribui decisivamente para desconstruir a visão de cultura como superestrutura, subordinada à base econômica (WILLIAMS, 2003). O caminho para a incorporação da política nas análises culturais está aberto.

A influência de Clifford Geertz, de outro lado, foi também fundamental. Geertz (1989) considera como cultura os significados criados pelos diferentes grupos sociais a respeito das diversas esferas da vida. A visão abrangente de cultura, adotada pela perspectiva saueriana, é deixada de lado por muitos geógrafos. A geografia cultural que se renova tem como foco os “mapas de significados” que recobrem a superfície terrestre, uma expressão cunhada no CCCS (JACKSON, 1989).

As relações entre política e cultura são explicitadas por Geertz por meio da “política de significados”, uma expressão que articula dois termos distintos e aparentemente dissociados. Política de significados constitui-se no embate entre grupos sociais visando a imposição de significados.

Hall, Williams e Geertz contribuíram decisivamente, com suas formulações para que as relações entre política, cultura e espaço fossem incorporadas à geografia cultural. A contribuição de Erwin Panofsky foi também decisiva, ao possibilitar um modelo de interpretação das formas simbólicas espaciais (PANOFSKY, 2004), modelo adotado pelos geógrafos que participaram da coletânea organizada por Cosgrove e Daniels (1988) sobre a iconografia da paisagem, e por Eyles e Peace (1990) ao estudarem os signos e símbolos da cidade industrial canadense de Hamilton.

Incorporar a dimensão política ao estudo das relações entre cultura e espaço pressupõe compreender a natureza rizomática da ciência, na qual todos os seus subcampos se interpenetram, sendo cada um enriquecido pelos demais, ao mesmo tempo em que os enriquece. A concepção rizomática opõe-se àquela que considera a ciência à semelhança de uma árvore, de cujo tronco saem ramos e galhos que não se comunicam diretamente entre si. Segundo a concepção rizomática a cultura manifesta-se politicamente e a política tem um sentido cultural. O mesmo se pode dizer das relações entre economia e cultura.

A política de significados pode ser efetivada por meio do espaço, adquirindo assim uma espacialidade. Trata-se das formas simbólicas espaciais (CORRÊA, 2005, 2008), por meio das quais mensagens são comunicadas a respeito de diversas esferas da vida, com a intenção de influenciar na preservação ou transformação daquelas esferas. Assim, por exemplo, reconstrói-se o passado e anuncia-se o futuro. Poder e identidade são temas centrais nessas intenções, como transparece nos artigos da coletânea sobre diversos monumentos na cidade do Rio de Janeiro (KNAUSS, 1999).

As formas simbólicas espaciais podem ser fixas ou móveis. Entre as primeiras estão as estátuas, obeliscos, templos e memoriais, de longa ancoragem na paisagem, assim como os modernos shopping centers e parques temáticos. As procissões, paradas e marchas são exemplos de formas simbólicas espaciais móveis. As primeiras podem ser consideradas como metáforas visuais (GOMBRICH, 1954), enquanto as segundas, de acordo com Turner (1982), metáforas rituais.

TOPONÍMIA E POLÍTICA

A língua é considerada a partir de Herder, comentado por Gade (2003), como o mais relevante meio para

expressar a identidade de um grupo. Constituiu-se ela na primeira forma simbólica, conforme apontado em 1923 por Cassirer (2001). Por meio dela conceitos e significados são criados e comunicados, estabelecendo-se diferenças entre grupos linguísticos. Marca e matriz identitária, a língua exibe uma espacialidade manifesta no território linguístico, seja por meio da fala e das diversas grafias, seja pela toponímia, isto é, o nome de montanhas, rios, países, regiões, cidades, bairros e ruas.

A toponímia reafirma a identidade dos lugares e de seus habitantes, podendo adquirir um explícito sentido político quando um dado território é objeto de disputa entre grupos sociais distintos, quando é objeto de conquista ou ainda quando submetido a profundas transformações políticas. Nestes casos a toponímia pode ser vista como uma articulação entre língua, poder territorial e identidade, como apontam Azaryahu e Golan (2001). Como objeto de política cultural a toponímia está impregnada de tensões e negociações entre grupos distintos.

Vejam alguns exemplos, em que as relações entre toponímia e política revelam e afirmam identidades de grupos. Os exemplos nos remetem a duas escalas espaciais: a do território nacional ou regional, de um lado, e a do espaço urbano, de outro. Em que sentido as duas escalas afetam a toponímia é uma questão para investigação.

A Amazônia pombalina (1755-1778) constitui um eloquente exemplo de política toponímica visando evidenciar simbolicamente o domínio português sobre um território economicamente sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, empresa criada pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro português (DIAS, 1970). A política toponímica inseria-se em política mais ampla, que incluía, entre outras ações, a elevação de aldeias, com nomes indígenas, à categoria de vilas, a introdução do gado bovino, das culturas do anil e do cacau, assim como de escravos africanos.

O domínio econômico é referendado pela alteração toponímica das aldeias, agora erigidas em vilas, adotando-se nomes de povoações portuguesas. Os exemplos são numerosos, entre eles Almeirim, Barcelos, Breves, Ega, Faro, Ourém, Santarém e Soure. Esta toponímia seria divulgada nos mapas e nas conversas de marinheiros. Deste modo difundia-se a posse portuguesa do território amazônico, estabelecendo-se uma identidade lusa à Amazônia.

A política toponímica foi ativa em inúmeros contextos culturais, a exemplo da hebraicização, após a criação de Israel em 1948, dos topônimos pré-existentes, como é o caso de Tel-Rabia renomeada Tel-Aviv (AZARYAHU;

GOLAN, 2001) e da desrussificação dos topônimos, após 1991, do Cazaquistão, exemplificada com o nome da nova capital nacional, Astana, em substituição ao nome anterior, Tselinograd (BRUNET, 2001).

Dado o muito elevado nome de logradouros públicos existentes em uma cidade, admite-se que o nome de bairros, praças e ruas sejam oriundos de amplas e complexas lógicas. Uma hipótese para as cidades brasileiras diz respeito à influência de proprietários fundiários urbanos, transformados ou não em loteadores, na designação de muitos logradouros e bairros. O nome deles pode constituir-se em prática de valorização fundiária, ao mesmo tempo em que inscreve no espaço uma estrutura de poder e identidade de classe. Os exemplos na cidade do Rio de Janeiro, como em outras, são numerosos e significativos. Mas nomear logradouros públicos e bairros pode envolver tensões e negociações políticas tornadas públicas e objetos de ações diversas. Dois exemplos apontam para essas tensões e negociações a respeito da nomeação de logradouros públicos, e envolvem contextos culturais distintos.

O primeiro diz respeito à política em torno de renomear ruas de cidades norte-americanas, especialmente no Sul, homenageando o líder negro Martin Luther King Jr., defensor dos direitos civis (ALDERMAN, 2000). Os debates envolvendo o movimento negro e as lideranças brancas foram focalizados em torno da localização das ruas a ser renomeadas, tendo menor importância o debate em torno de se aceitar ou não que ruas fossem renomeadas. O movimento negro insistia que essas ruas deveriam ter centralidade, ruas de comércio e de tráfego intenso, conferindo assim visibilidade e força simbólica ao nome do líder negro. Os interesses dominantes, brancos e conservadores, temiam que renomear uma importante via influenciasse negativamente as vendas comerciais e o valor dos imóveis. Sugeriram que ruas pequenas, escondidas e sem expressão fossem renomeadas homenageando Martin Luther King Jr. O debate ressaltou as conexões entre política, cultura e espaço.

O segundo exemplo reporta-se à parte oriental da cidade de Berlim (AZARYAHU, 1997). Este setor da capital alemã foi submetido a diversas alterações no nome de diversas ruas, refletindo as profundas mudanças políticas pelas quais a cidade passou, sobretudo a partir de 1871, com a formação do 2º Reich. O nazismo e o comunismo renomearam diversos logradouros públicos. A reunificação alemã em 1989 trouxe à tona inúmeros problemas políticos, envolvendo distintos grupos, a exemplo daqueles ligados à democracia cristã alemã e

à antiga Alemanha Ocidental, que desejavam eliminar qualquer vestígio do antigo regime comunista, e daqueles moderados que queriam preservar os nomes dos que conceberam o socialismo, como Rosa Luxemburgo. Nomes associados a posições políticas antagônicas definiram inúmeros logradouros públicos da cidade, a exemplo de Bismarck, Hitler, Stalin, Wilhelm Pieck, Marx e Engels. A história moderna da cidade está inscrita na memória toponímica, revelando a sua dramática trajetória.

As relações entre toponímia e política, contudo, ainda necessitam de mais estudos empíricos e reflexões. Há muitas questões a serem respondidas. Uma delas envolve as condições políticas sob as quais alterações toponímicas são efetivadas e, inversamente, em que condições mudanças políticas não implicaram em alterações toponímicas. Em relação a este ponto o exemplo do oeste norte-americano é notável. Após a efetiva incorporação de grande área localizada então no norte do México, verificou-se a preservação da toponímia em língua espanhola, que incluía topônimos vinculados ao catolicismo, a despeito do predomínio de protestantes entre os novos ocupantes. San Francisco, San José, Sacramento, Santa Barbara, Los Angeles, San Diego, San Antonio, El Paso, Albuquerque e Las Vegas são exemplos significativos. Os centros urbanos criados após a incorporação norte-americana, contudo, foram nomeados com termos na língua inglesa. Tolerância ou política de anticonquista, de que nos fala Herman (1999) em seu estudo sobre os nomes de lugares no Havaí, após a conquista e incorporação do arquipélago à União? Esta política implica criar, por meio da manutenção de alguns traços da vida cultural, a impressão de respeito às diferenças entre os conquistadores e conquistados.

MONUMENTOS, POLÍTICA E ESPAÇO

Monumentos como estátuas, obeliscos, memoriais e templos são representações culturais, metáforas visuais que, em muitos casos, denotam um sentido político, no qual a afirmação identitária étnica, de classe ou religiosa constitui-se em motivação fundamental, associando-se a outros aspectos sociais. Tanto quanto a toponímia, os monumentos comunicam mensagens e por isso sua localização é elemento chave para a sua eficiência comunicativa. Contudo, os monumentos são objetos cuja interpretação é aberta, polivocal, construída com base

na experiência de diferentes grupos sociais (DUNCAN; SHARP, 1993; HALL, 1997).

Nesta seção serão considerados, de um lado, dois monumentos associados à conquista territorial e identidade, em contextos que guardam entre si algumas semelhanças. De outro, serão considerados monumentos na antiga União Soviética, após 1991, quando mudanças políticas estabeleceram novas interpretações a esses monumentos.

Poder, conquista territorial e identidade podem se constituir em bases para a construção de formas simbólicas espaciais que denotam um nítido sentido político. Os exemplos dos monumentos dedicados aos Bandeirantes localizados em São Paulo (DINIZ FILHO, 1992) e aos pioneiros holandeses (Voortrekker) localizados em Pretoria, África do Sul (CRAMPTON, 2001), são contundentes a esse respeito. Há inúmeras diferenças entre eles, mas ambos descrevem a marcha de desbravadores visando ampliar e efetivamente apropriar-se de um território já apropriado.

Inaugurados respectivamente em 1954 e 1949, ambos buscam no passado a inspiração e motivação para o futuro. A identidade bandeirante e dos pioneiros *afrikaners* é enfatizada. No caso paulista a sua inauguração marca a data do 4º centenário da fundação de São Paulo, em um momento de plena expansão econômica da metrópole paulistana. O monumento aos Bandeirantes procura difundir os valores daqueles desbravadores, valores dos quais a elite paulistana seria portadora – força, coragem, espírito de solidariedade e liderança –, sendo assim, capaz de, sob sua égide, construir uma moderna nação. A construção do monumento dedicado aos pioneiros holandeses se deu, diferentemente do contexto da construção do monumento paulistano. Tratava-se de um momento de crise em razão do empobrecimento dos agricultores *afrikaners* e enriquecimento daqueles de língua inglesa, ao mesmo tempo em que os *afrikaners* tinham maior consciência da presença de uma maioria negra. Contextos políticos e econômicos diferentes, no entanto, geraram formas simbólicas espaciais semelhantes, conforme se pode depreender dos textos de Diniz Filho e Crampton.

Mudanças políticas drásticas podem gerar a ressignificação de formas simbólicas espaciais que em um passado recente foram vistas positivamente. As representações políticas materiais como as estátuas podem ser objeto de ações que denotam o novo sentido a elas atribuído. Forest e Johnson (2002) apontam que após a dissolução da União Soviética as elites russas, visando reconstruir a identidade russa, estabeleceram três formas de tratamento

aos monumentos da era soviética erguidos em Moscou. A primeira forma, segundo os autores, foi definida como cooptação e glorificação. Assim, alguns monumentos, incluindo templos e mosteiros, foram redefinidos em seus sentidos originais, resgatando-se as heranças culturais russas e czaristas. Por outro lado, glorificam-se os heróis russos da Grande Guerra Patriótica (Segunda Guerra Mundial) e constroem-se novos memoriais, templos e mosteiros.

A segunda forma traduz-se em contestação, que gera tanto a retirada de símbolos soviéticos de lugares públicos, como o corte de recursos monetários públicos para a manutenção do mausoléu de Lenin na Praça Vermelha, mantido, a partir de então, com recursos oriundos de uma Fundação de Caridade. A terceira forma diz respeito a ignorar os monumentos, que foram removidos, fechados ou alterados de tal modo que os seus significados originais se perderam. O exemplo mais contundente é o de uma exposição permanente relativa ao talento e criatividade econômica das repúblicas soviéticas. Em 1991 deixa de receber verbas, sendo transformada, pouco a pouco, em um centro de negócios.

Também em Tashkent, capital da ex-república soviética do Uzbequistão, as elites nacionais removeram as estátuas de Lenin e de Marx, substituindo-as, respectivamente, por enorme globo onde aparece em relevo os limites do novo Estado independente e pela estátua equestre de Tamerlão, o herói guerreiro medieval da Ásia Central, considerado então como o fundador do Uzbequistão (BELL, 1999).

Os exemplos de Moscou e o de Tashkent colocam em evidência que as relações entre política, cultura e espaço não estão fixadas para sempre, variando em razão de mudança de regime político. As formas simbólicas espaciais, como os monumentos em geral, apresentam em realidade três papéis desempenhados simultaneamente, o de serem reflexos da política vigente, meios para essa mesma política e condição, não exclusiva, para o seu bom desempenho.

LUGARES DE DENSIDADE POLÍTICA

As relações entre política, cultura e espaço manifestam-se nos lugares retóricos (*rhetorical topoi*) e lugares vernaculares (*vernacular topoi*), como aponta Boyer (1994). Os lugares retóricos são entendidos como locais onde a memória oficial e o culto aos heróis nacionais são cultivados por meio de rituais oficiais: nesses locais ensinam-se os

valores dominantes, visando a continuidade da estrutura política da nação. Os lugares vernaculares, por outro lado, são locais de manifestação da cultura popular, onde crenças e valores populares são transmitidos às gerações mais jovens. Os dois lugares, contudo, não necessitam estar separados entre si, verificando-se, frequentemente, uma superposição espacial entre eles. Contudo, os rituais de cada um tendem a verificar-se em momentos distintos.

A Plaza de Mayo, localizada no centro de Buenos Aires, constitui um exemplo de lugar retórico tradicional, no qual um processo de contestação redefiniu a sua identidade. Celebração e contestação convivem no mesmo espaço por meio de formas simbólicas espaciais antigas e recentes incorporadas à paisagem, como aponta Torre (2000). Trata-se do mais importante espaço cívico da capital argentina, equivalente, segundo Torre, ao Mall da capital norte-americana, no qual o poder está representado. Antiga Plaza de Armas da Buenos Aires colonial, ali estão localizados a Casa Rosada, sede do governo argentino, a catedral, com o túmulo de San Martín, o herói da independência nacional, o prédio do antigo Cabildo e a Pirâmide de Mayo, que comemora a independência nacional.

Entre 1976 e 1983 o lugar retórico, de manifestação do poder, transforma-se, tornando-se um espaço de contestação, conhecido como o lugar das “Madres de la Plaza de Mayo”. A contestação esteve centrada nos protestos de mulheres, mães e viúvas daqueles mortos ou desaparecidos durante o regime militar no país. Semanalmente as mulheres, portando um lenço na cabeça, se reuniam, formando um círculo em torno da Pirâmide de Mayo, no meio da praça. A materialização desse protesto se fez pela construção em cimento de lenços em torno da Pirâmide, corporificando simbolicamente o protesto e, ao mesmo tempo, imprimindo a manifestação na paisagem do lugar retórico. As duas características permitem falar em lugar de densidade política.

Lugares da retórica e lugares vernaculares podem ser vistos como lugares de densidade política, que condensam intenções e práticas portadoras de significados políticos. Em muitos deles esta densidade política verifica-se há muito tempo, mesmo que as formas simbólicas espaciais, monumentos e rituais, assim como os agentes sociais e intenções implícitas, tenham mudado ao longo do tempo. Fala-se em lugar de densidade simbólica, com múltiplas camadas de significados, como argumenta Mandoki (2003) ao estudar o Zócalo, ponto focal da vida da nação mexicana, cuja força simbólica tem suas raízes na mitologia

asteca. Mandoki reconheceu no Zócalo quatro camadas de significados, caracterizando-o como lugar mítico, foco principal de Tecnochtitlán, a capital asteca, “plaza de armas” do período colonial e ponto focal da atual cidade e nação mexicana. Prédios governamentais e a catedral convivem com a multidão, ora festejando, ora protestando.

A Praça do Portão da Paz Celestial, Tiananmen, em Beijing, é outro desses lugares retóricos e vernaculares, dotado de inúmeras camadas de significados, garantindo assim o seu caráter de lugar de enorme expressão na vida chinesa, como aponta Hershkovitz (1993). Criada no final do século XIV, juntamente com a cidade, Tiananmen já nasce dotada de importante papel simbólico, pois separa a Cidade Proibida, sede do governo, do restante da cidade. Separa o espaço sagrado do espaço secular. Com a república o papel de Tiananmen é alterado, assim como a morfologia da área em torno. Torna-se um espaço público, frequentado pela população em geral. Ali foi construído o memorial dedicado a Sun Yatsen, o fundador da república chinesa em 1911, e na praça manifestações de contestação ocorreram durante a primeira metade do século XX. Tiananmen foi erigida como foco político do regime comunista, que estabeleceu nova iconografia, reafirmando a sua centralidade política. Os movimentos de contestação estudantis da década de 1980 tiveram em Tiananmen o seu epicentro. Verificou-se, portanto, uma continuidade da força política de Tiananmen, um local de densidade política, com inúmeras camadas de significados, lugar retórico e vernacular, de celebração e de contestação.

Os lugares de densidade política ocorrem em diversas escalas espaciais, como o espaço público central de uma cidade, a exemplo do Zócalo e de Tiananmen, mas também na escala de toda uma cidade. Gernika no País Basco é um exemplo, como argumentam Raento e Watson (2000). Gernika pode ser vista como sinédoque do território basco, irradiando uma força simbólica que tem suas origens na Idade Média e na sua longa resistência ao domínio espanhol. Bombardeada pela aviação alemã durante a Guerra Civil Espanhola, teve a sua centralidade política ampliada, para a qual muito contribuiu a tela de Pablo Picasso sobre a cidade.

A centralidade de Gernika tem como epicentro o local onde se encontram, próximos, os restos de um velho carvalho e um prédio que representa as velhas tradições agrárias do povo basco. Gernika, uma pequena cidade, tem apenas uma única camada de significados, porém espessa, pois nela estão inscritas as lutas de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política e a cultura estão em toda parte, manifestando-se espacialmente. Entre estas manifestações estão as formas simbólicas espaciais fixas como a toponímia, os monumentos e os lugares de densidade política. A despeito da diversidade das formas, conteúdos e mensagens a serem comunicadas, essas manifestações apresentam denominadores comuns, envolvendo o espaço, singularizando-o simbolicamente, dotando-o de força política e de sentido identitário. Assim, a mudança dos nomes das vilas amazônicas ribeirinhas no século XVIII e os embates em torno do nome Martin Luther King Jr. no sul dos Estados Unidos apresentam muito em comum. No mesmo sentido o Zócalo e Tiananmen exibem semelhanças entre si, assim como os monumentos aos desbravadores do território brasileiro e sul-africano. A geografia está em toda parte sem, contudo, gerar excepcionalismos em suas configurações.

REFERÊNCIAS

- ALDERMAN, D. H. Street fit for a king: naming places and commemoration in the American South. **Professional Geographer**, Abingdon-on-Thames, v. 52, n. 4, p. 672-684, 2000.
- AZARYAHU, M. German reunification and the politics of street names: the case of East Berlin. **Political Geography**, Amsterdam, v. 16, n. 6, p. 479-493, 1997.
- AZARYAHU, M; GOLAN, A. (Re)naming the landscape: the formation of Hebrew map of Israel: 1949-1960. **Journal of Historical Geography**, Amsterdam, v. 27, n. 2, p. 178-195, 2001.
- BELL, J. Redefining national identity in Uzbekistan: symbolic tensions in Tashkent's official public landscape. **Ecumene**, Thousand Oaks, v. 6, n. 2, p. 183-213, 1999.
- BOYER, C. **The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainment**. Cambridge: MIT Press, 1994.
- BRUNET, R. Hauts lieux et mauvais lieux du Kazakhstan. **L'Espace Géographique**, Paris, v. 30, n. 1, p. 37-52, 2001.

- CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas: a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 81-91.
- CORRÊA, R. L. A espacialidade da cultura. *In*: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA A. M. (org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 30-38.
- COSGROVE, D.; DANIELS, S. (org.). **The iconography of landscape**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- CRAMPTON, A. The Voortrekker Monument, the birth of Apartheid and beyond. **Political Geography**, Amsterdam, v. 20, p. 221-246, 2001.
- DIAS, M. N. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 2 v.
- DINIZ FILHO, L. L. O “Monumento dos Bandeirantes”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, cultura e política. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71, p. 65-82, 1992.
- DUNCAN, N.; SHARP, J. P. Confronting representation(s). **Environment and Planning D: Society and Space**, Thousand Oaks, v. 11, n. 4, p. 473-486, 1993.
- EYLES, J.; PEACE, W. Signs and symbols in Hamilton: an iconology of Steeltown. **Geografiska Annaler**, Abingdon-on-Thames, v. 72, n. 2-3, p. 73-88, 1990.
- FOREST, B.; JOHNSON, J. Unraveling the threads of History: Soviet-Era monuments and post-Soviet national identity in Moscow. **Annals of the Association of American Geographers**, Hoboken, v. 92, n. 3, p. 524-547, 2002.
- GADE, D. W. Language, identity and the scriptorial landscape in Québec and Catalonia. **Geographical Review**, Hoboken, v. 93, n. 4, p. 429-438, 2003.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMBRICH, E. H. Visual metaphors of value in art. *In*: BRYSON, L. *et al.* (org.). **Symbols and values: an initial study**. New York: Harper and Brothers, 1954. p. 34-51.
- HALL, S. **Representations: cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.
- HERMAN, R. D. K. The Aloha state: place names and the anti-conquest of Hawaii. **Annals of the Association of American Geographers**, Hoboken, v. 89, n. 1, p. 76-102, 1999.
- HERSHKOVITZ, L. Tiananmen square and the politics of place. **Political Geography**, Amsterdam, v. 12, n. 5, p. 395-420, 1993.
- JACKSON, P. **Maps of meaning**. London: Routledge, 1989.
- KNAUSS, P. (org.). **Cidade vaidosa**. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999.
- LEIB, J. I. Separated times, shared spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the politics of Richmond, Virginia’s symbolic landscape. **Cultural Geographies**, Thousand Oaks, v. 9, n. 3, p. 286-312, 2002.
- MANDOKI, K. Sites of symbolic density a relativistic approach to experienced space. *In*: LIGHT, A.; SMITH, J. M. (org.). **Philosophies of place**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003. p. 99-105. (Philosophy and Geography, 3).
- PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte na Renascença. *In*: PANOFSKY, E. **Significados das artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 45-88. (Série Debates).
- RAENTO, P.; WATSON, C. Gernika, Guernica, *Guernica*: contested meanings of a Basque place. **Political Geography**, Amsterdam, v. 19, n. 6, p. 707-736, 2000.
- SCHULMAN, N. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. *In*: SILVA, T. T. da (org.).

O que é, afinal, estudos culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 67-71.

TORRE, S. Changing the public space: the mothers of the Plaza de Mayo. *In*: MILES, M.; HALL, T. (org.). **The city cultures reader**. London: Routledge, 2000. p. 25-29.

TURNER, V. **The ritual process, structure and anti-structure**. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-21, 2003.